

## Muito além de direitas e esquerdas: os giros e a densidade dos regimes democráticos na América do Sul

*Far beyond Right and Left: the turns and density of democratic regimes in South America*

---

Renata Peixoto de Oliveira

---

### **Resumo**

O presente trabalho pretende inicialmente dialogar com a literatura existente sobre processos de redemocratização e consolidação democrática Sul-Americana, entre as décadas de 1980 e 1990. Com base nesta discussão teórica elementar sobre as novas democracias na região, é proposta uma reavaliação conceitual e analítica aplicada ao entendimento do contexto democrático contemporâneo. Recentemente, as análises se centram nos giros, para a esquerda e para a direita, e suas consequências e implicações. Neste artigo se pretende a superação de uma análise dicotômica simplista, entendendo que estes giros ideológicos fazem parte de uma trama mais complexa, de giros maiores e períodos mais abrangentes, que se referem à própria densidade de nossos regimes democráticos. Assim, seria possível uma melhor compreensão das distintas fases, objetivos e dilemas enfrentados por nossas democracias nas últimas três décadas e, principalmente, avançar para um melhor entendimento do período em que nos encontramos.

### **Palavras-chave**

Giros Democráticos; Redemocratização; América Latina; Direitas; Esquerdas.

### **Abstract**

This work intends to dialogue with the literatura about the South-American democratic consolidation and redemocratization processes between the 1980's and 1990's decades. Regarding to this elementary theoretical discussion concerning the new regional democracies, it will be proposed a revision of the conceptual and analytical framework applied in the contemporary democratic studies. Recently, the analysis focuses on some spins, to the left or to the right, as also in some of their consequences and implications. Here the manly goal is to overcome any simplistic dichotomy analysis, understanding these ideological spins as a part of a more complex plot, with in bigger spins in larger periods of time, regarding their own democratic regimes density. For those reason, it would be possible a better comprehension of distinctive steps, objectives and dilemmas which faced our democracies in the past three decades and, helped us to get a better comprehension of this actual political context.

### **Keywords**

Democratic Spins; Redemocratization; Latin-American ; Right Wing; Left Wing.

## Introdução

Com este trabalho, pretende-se aprofundar a reflexão acerca dos regimes democráticos latino-americanos inaugurados entre as décadas de 1980 e 1990, após período de ditaduras militares ou de liberalização de regimes híbridos ou democracias pactuadas. Em verdade, a análise aqui pretendida constituirá o marco teórico de uma investigação mais ampla que, inicialmente, será dedicada à análise da densidade democrática de alguns países da região. Para uma melhor compreensão, em um trabalho recente, a definição dada ao termo foi a seguinte:

Neste ponto, ganha relevo a noção de densidade democrática, no sentido de se averiguar o aprofundamento, consolidação e avanço de uma institucionalidade democrática. Por densidade, a acepção mais fidedigna ao termo pretende considerar não meramente questões que remetem a dimensão constitucional, procedimental, institucional e formal destes regimes democráticos, mas igualmente a capacidade destes regimes de atenderem demandas de ordem sócio-política e econômica. A partir disto, um regime com alta densidade democrática, apresentaria, por um lado, significativo avanço em sua constitucionalidade democrática, avanço em seu sistema de representação e mecanismos de participação política, observação e avanço quanto aos direitos civis e direitos humanos, institucionalização do sistema partidário e condições de governabilidade. Por outro lado, um regime densamente democrático, também incluiria uma dimensão socioeconômica, inclinada na garantia do bem-estar social, na qualidade de vida, no desenvolvimento socioeconômico, na inclusão política e social de setores marginalizados da sociedade (OLIVEIRA, 2017, p. 118).

Trabalhar com a noção de densidade democrática nos permitirá caracterizar melhor as democracias de nossa região compreendendo suas singularidades e aspectos condizentes a sua qualidade e o *déficit* democrático. Posto isto, a tarefa seria entender os distintos giros democráticos que presenciamos ao longo das últimas décadas, para além de seus ciclos mais a esquerda ou mais a direita. A proposta que aqui se formula buscaria romper com algumas análises, entendendo como estas mudanças cíclicas representariam melhor as partes de uma engrenagem maior, ou seja, mais do que uma oscilação entre Direita e Esquerda estaríamos diante de crises do próprio regime democrático ou até do republicano<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Essencial para as reflexões e conclusões por ora aqui aventadas foi a brilhante exposição de Marcelo Cavarozzi (CONICET-UNSAM) no painel Especial “Después de la transición:

Para dar início a esta discussão, a primeira parte deste artigo realizará uma revisão da literatura especializada na temática redemocratização e consolidação democrática na América Latina, com especial atenção para autores e abordagens célebres<sup>2</sup>. O objetivo será dialogar com trabalhos clássicos sobre as novas democracias na região, trazendo a tona suas análises, termos e conceitos básicos. De tal maneira, que possamos vislumbrar sua validade e até a necessidade de se superar e avançar em algumas reflexões considerando-se o fato de que já ultrapassamos três décadas desde as transições.

Na sequência, terá espaço uma discussão sobre os distintos ciclos hegemônicos, ou ondas, com a ascensão política da esquerda ou da direita ao longo do século XX, principalmente a finais dele e, essencialmente, no início do século XXI. Nos últimos anos, a centralidade foi dada ao debate em torno da ascensão de partidos, líderes e plataforma política da esquerda, enquanto a discussão recente se volta para uma possível guinada à direita do espectro político ideológico na região. Nessa seção, visa-se recuperar esta discussão com vistas a encontrar suas limitações para a compreensão de um fenômeno mais abrangente e que será destacado na última seção deste artigo, qual seja, a crise da própria democracia e os desafios enfrentados pelo regime republicano na América Latina. A hipótese central de que estaríamos presenciando giros democráticos fruto de crises representadas pela falta de densidade democrática de nossos sistemas políticos seria tratada nesta parte.

### **Estudos clássicos sobre redemocratização e consolidação democrática: um enfoque sobre a América Latina**

Há um pouco mais de três décadas e coincidindo com o retorno da ordem democrática na Península Ibérica e na América Latina, teve início uma tradição que se tornou uma área de estudos no âmbito da Ciência Política: a Transitologia e a Consolidologia. Autores como Marcelo Cavarozzi, Manuel Garretón, Juan Linz, Laurence Whitehead, Alfred Stepan e Arturo Valenzuela discorreram sobre os

---

actualidad y desafíos de las nuevas democracias” no XII Congreso Nacional Sobre Democracia na UNR, Rosário, em 12 Setembro de 2016. O eminente cientista político se referiu a existência de giros democráticos que sinalizam crises e fracassos de governos na região.

<sup>2</sup> Este artigo é originário de um trabalho elaborado para apresentação no painel Entre giros y recesión: estudios comparativos del escenario democrático actual en Latinoamérica y Caribe, organizado pelo Grupo Democratización en América Latina en perspectiva Comparada (DALC-ALACIP) no âmbito do 9º Congresso da Associação Latino-Americana de Ciência Política, ALACIP, realizado na cidade de Montevidéu entre os dias 26 e 29 de Julho de 2017.

processos de redemocratização e consolidação dos regimes democráticos no período que se convencionou designar por terceira onda de democratização, em referência aos célebres estudos realizados por Samuel Huntington na obra “The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century”, publicada em 1991. Para este autor, basicamente, presenciamos três ondas que representam avanços quanto ao número de regimes democráticos no mundo.

A primeira delas se deu entre 1828 e 1929, sendo seguida por um movimento contrário, uma onda reversa de regimes autoritários e totalitários. O segundo avanço democrático se deu após a Segunda Grande Guerra sendo contraposto ao avanço de regimes autoritários, notadamente, militares ao longo das décadas de 1960 e 1970.

Por fim, a análise dá conta de que a partir da Revolução dos Cravos de 1974 em Portugal, se deu a terceira e mais recente onda de redemocratização compreendendo um avanço significativo de regimes democráticos em todo o mundo a partir dos anos 1980 e 1990. Este movimento cíclico e pendular entre autoritarismo e democracia, na América Latina, teve início com a transição Equatoriana de 1979 (OROÑO, 2012).

A discussão proposta nesta parte do artigo visa, tão somente, alicerçar o debate em torno das novas democracias latino-americanas compreendendo os debates estabelecidos ao redor deste tema. O propósito aqui será o de compreender as bases e os processos de retorno à ordem democrática que pautaram o surgimento destas novas democracias, já que estes processos dizem muito sobre os regimes que surgiram no continente nas últimas décadas, regimes estes que agora enfrentam uma considerável crise e alguns retrocessos. Fundamental nesta discussão é revisar as reflexões que se deram em torno do surgimento da ordem democrática naquele período. O debate que versou sobre os processos de redemocratização em nosso continente primou por reflexões sobre o trânsito de regimes autoritários e fechados para a pluralidade democrática. Neste âmbito, o termo democracia se refere a um método de governo superior quanto a seus resultados e sua adoção se daria por pragmatismo (CABRERA e GOMEZ, 2007).

De acordo com Weffort (1992) estas novas democracias erigidas a partir de 1974 seriam, na verdade, construções inacabadas que em meio ao processo transitório combinaram elementos do novo regime com outros oriundos do passado autoritário. Este último ou mais recente ciclo democrático na região apresentou alguns déficits consideráveis o que não apenas mereceu atenção dos pesquisadores no tocante a passagem de regimes autoritários para democráticos, bem como sobre a manutenção e persistência da ordem democrática nos países da região.

No avançar desta reflexão, a literatura especializada engendrou a tarefa de definir, minimamente, o conceito de democracia a ser trabalhado e os desafios para a manutenção destes regimes. É dessa forma que a “Transitologia” abriu espaço para os estudos de “Consolidologia”, quando os especialistas passaram a se preocupar com a estabilidade e continuidade da ordem democrática. A literatura pertinente ao tema frisou aspectos essenciais para a consolidação democrática tais como: processos para prevenir o colapso das instituições; processos para prevenir a erosão do colapso democrático; processos para completar a expansão democrática; processos para aprofundar a democracia; processos para organizar a institucionalidade democrática. Linz (1990) considera como democracias consolidadas aquelas em que a maioria dos cidadãos e dos principais atores políticos assume este regime como a única forma concebível. Este seria o princípio da aceitação autônoma da democracia, quando esta é considerada *the only game in town*, por assim dizer.

Estes estudos surgiram na década de 1990 destacando a preocupação em torno da manutenção dos regimes democráticos diante de alguns recuos ou risco de desestabilização democrática (MONCLAIRE, 2001). Estas abordagens acabaram por exacerbar o caráter institucional valorizando o grau de institucionalização e de assimilação das regras do jogo democrático, em uma interpretação que privilegia os aspectos procedimentais de uma democracia eleitoral. Também conferem centralidade aos pactos da transição e ao papel das elites em todo o processo. Ademais, é muito comum nestas análises o estabelecimento de uma chamada economia do voto que procura associar diretamente as crises econômicas com a crise democrática.

Naquela época instaurou-se uma espécie de desencantamento democrático tanto pelos cidadãos quanto pelos expertos da academia. É importante salientar que as democracias que surgiram ao longo dos anos 1980 presenciaram uma das mais drásticas crises econômicas da história do continente e ainda ressentiram os efeitos das políticas de ajuste neoliberal que foram justificadas como método para solucionar a recessão e modernizar as economias dos países da região. Os efeitos da crise que foram exacerbadas pela ortodoxia neoliberal tiveram graves impactos sociais. As expectativas geradas no período pós-transição de que a participação seria mais ampla e, que ocorreriam melhorias quanto às desigualdades sociais e pobreza, não se cumpriram e isto acabou se tornando condição para a própria legitimação da democracia (SUNKEL, 2008).

A partir disto, tem-se todo um debate ao redor das condições ideais para o surgimento da democracia e manutenção destes regimes. A contribuição destes teóricos se dá pela construção de uma verdadeira economia política da transição (ORTIZ, 2006). Em certa medida, esta nova tradição teórica reforça o que Monclaire (2001) definiu como tradição teórica condicionalista que desde meados do século XX já destaca elementos centrais como condicionantes a ordem democrática, a saber, o nível de desenvolvimento econômico, as formas de estrutura social e o tipo de cultura dominante. Trata-se de visões carregadas de economicismo, historicismo e culturalismo que praticamente consideram inviável a existência de regimes democráticos no continente americano. A partir do exposto, tem-se que a literatura especializada se concentra em alguns pontos como a definição de democracia, as condições para a democracia e as características da democracia Latino-Americana.

No que tange a definição de democracia, grande parte destas análises partiram de definições submínimas, como antes afirmado, privilegiaram aspectos procedimentais e eleitorais dos regimes democráticos. A literatura especializada procura estabelecer como critérios para a ordem democrática os seguintes: existência de eleições livres para o executivo e legislativo; o direito de voto inclusivo; o respeito às liberdades civis e; condições de governabilidade para autoridades eleitas (MAINWARING, BRINKS e PERÉZ-LIÑAN, 2001). Fica claro que estas são definições de democracia no sentido político do termo, caminhando em consonância com a análise clássica de Robert Dahl sobre as condições da poliarquia. Quanto a estes critérios, Oroño (2012) alerta sobre os riscos deste tipo de definições mínimas, já que ela pode abrir espaço para que outros regimes possam se definir como democráticos, principalmente, apenas pelo critério eleitoral. Muitos regimes autoritários ou que podem ser considerados semidemocracias ou democracias restritas apresentam eleições. Quando o peso maior for dado ao aspecto eleitoral, desconsideram-se amplos e variados aspectos das democracias.

Já quando o foco da discussão passa a ser as condições de um regime democrático o ponto passa ser a correlação entre o apoio dado à democracia e a satisfação com seus resultados (CABRERA e GOMEZ, 2007). Assim, o risco à desestabilização democrática se relaciona a extrema pobreza, desigualdades extremas e exclusão social (ORTIZ, 2006). Quanto ao aspecto político, chega-se mesmo a defender modelos de instituições em que se acreditam existir maiores condições para a estabilidade política, como sistemas partidários bipartidaristas ou o regime parlamentarista. Estas abordagens, além de um caráter muito determinista costumam estabelecer modelos ideais de instituições que simplesmente possam não se adequar a

uma determinada realidade histórica e social como a dos países deste continente. Neste quesito, percebe-se que a discussão em torno das condições para a democracia nos leva ao ponto anterior: de que democracia está se falando? Claramente, o conceito e os ideais estabelecidos se referem à democracia liberal tal qual se originou e estabeleceu-se no continente Europeu (porção Ocidental) e nos Estados Unidos da América.

Sendo assim, a discussão culmina em seu terceiro aspecto que versa sobre as características das democracias latino-americanas e, obviamente, destas novas democracias. Seriam estes regimes democráticos genuinamente? Teríamos as condições para a estabilidade, perpetuação e consolidação da ordem democrática?

A América Latina adentrou uma era de democracia com adjetivos (COLLIER e LEVITSKY, 1997). Apesar de as eleições nacionais terem se tornado abertas e competitivas, as unidades políticas democráticas na região são frequentemente descritas como incompletas, parciais, ocas ou rasas (dependendo da metáfora que se prefira). A autoridade para tomar decisões parece se revelar superconcentrada, hiperpresidencialista ou delegatória; a representação política padece com a fragmentação dos partidos políticos e com sistemas partidários “rudimentares”; ordenamentos jurídicos e instituições judiciais tendem a ser subservientes, parciais ou incompetentes; políticas públicas adotadas para fazer frente a problemas candentes - pobreza, desigualdade, criminalidade - parecem profundamente inadequadas (O’DONNELL, 1994; MAINWARING e SCULLY, 1995; LUSTIG, 1995; DIAMOND, 1999). Em meio a essa cacofonia de adjetivos, existe uma preocupação comum: avaliar a qualidade da vida democrática (O’DONNELL, CULLELL e IAZZATA, 2004; DIAMOND e MORLINO, 2005). Todos se sentem tentados a perguntar: que tipo de democracia vem se formando na América Latina? (SMITH e ZIEGLER, 2009, p. 357).

Segundo Ortiz (2006) as democracias latino-americanas se apoiam em um significativo vazio e um universal abstrato, posto que estes regimes na região careçam do conteúdo cidadão. O caminhar democrático na região promoveu a inclusão de setores populares de maneira bastante seletiva, excluindo a muitos. O acesso aos recursos do Estado se deu de maneira limitada e constituíram-se privilégios para algumas classes através do estabelecimento de redes corporativas e clientelistas. Os impactos do neoliberalismo em países cuja formação social original estava vinculada ao Estado ou a tradição gerou resultados decepcionantes diante das grandes

expectativas com os resultados da nova ordem democrática vigente, dessa forma, a legitimidade destas novas democracias sofreu forte abalo na região. Consideradas as não condições e infortúnios da tradição democrática em nossa região as classificações e denominações começaram a surgir. Talvez a mais conhecida delas seja a cunhada por O'Donnell (1996), que convencionou chama-las de democracias delegativas por não se tratarem de democracias representativas como as do ocidente, mas democracias inacabadas marcadas pelo discrecionismo de seus líderes. Em verdade, a ordem pós-autoritária mais do que significar liberalização política implicou em liberalização econômica. Dessa forma, mais do que a passagem para uma ordem verdadeiramente democrática, as transições significaram a legitimação da acumulação capitalista periférica.

Justamente enquanto reação ao avanço neoliberal, paulatinamente ao processo de redemocratização, o giro a *la izquierda* verificado a partir de 1999, com a ascensão de Chávez na Venezuela, poderia ser visto não como mera questão ideológica, mas produto da necessidade de busca de resultados para as questões econômicas e sociais que não foram satisfeitas com a mudança de regime político (CABRERA e GOMEZ, 2007).

### **Sobre os Ciclos hegemônicos Direita x Esquerda**

Em distintos períodos da História e, em particular no caso Latino-Americano que é o que nos convém, passamos por diferentes períodos hegemônicos. Desde o período das independências até os dias atuais, distintos ciclos hegemônicos tiveram lugar se sucedendo. Basicamente, pode-se identificar ao longo da História ciclos alternados entre forças conservadoras e progressistas na arena política, entre políticas nacionalistas e modelos liberais na esfera econômica.

Nas três primeiras décadas do século XX, passamos por um período marcado pelo modelo liberal, agroexportador, com a presença das oligarquias no poder. Entre a Crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial, estabeleceu-se um novo modelo, uma matriz pautada no forte papel do Estado na economia.

O nacional desenvolvimentismo surge da crise da hegemonia britânica e de sua divisão internacional do trabalho, que especializava os países centrais em atividades industriais e os países periféricos na produção de mercadorias primário-exportadoras. Essa especialização era legitimada pela teoria das vantagens comparativas formulada por David Ricardo. (...) no enfoque ricardiano, capital e trabalho possuem mobilidade internacional residual e limitada e o comércio seria a forma exclusiva de

difundir a elevação da produtividade. (...) A perda da renda, gerada por esse processo, dos países periféricos criou barreiras cada vez maiores para a sustentabilidade do crescimento econômico. (...) As tensões sociais se acumularam e deram lugar a movimentos revolucionários que buscarão redirecionar o Estado nacional para impulsionar a industrialização na América Latina (ou na Ásia e na África), conquistar o direito à autodeterminação e impulsionar a partir do Estado nacional a modernização do país (MARTINS, 2014, p. 215-217).

Para alguns, um período conhecido como “populista”, mas que se pode denominar por Nacional-Desenvolvimentismo. Basicamente, esta era esteve compreendida entre as décadas de 1930 e 1980 quando cedeu lugar para outro modelo, diante de seu próprio desgaste e crise. Assim, entre os idos de 1980 e 1990 deu-se a chamada reconfiguração neoliberal, agora acompanhada pelo fenômeno da globalização *vis-a-vis* a vitória do bloco ocidental com a crise e dissolução do bloco soviético.

(...) a dinâmica central do capitalismo sob o neoliberalismo tanto nacional quanto internacionalmente, foi determinada por novos objetivos de classe que operaram em benefício das camadas mais altas de renda, isto é, os proprietários capitalistas e as frações superiores da administração. (...) A nova configuração da distribuição de renda foi o resultado de várias tendências convergentes. Forte pressão foi aplicada sobre a massa de trabalhadores assalariados, o que ajudou a reerguer as taxas de lucro dos baixos níveis atingidos nos anos 1970 (...). A abertura das fronteiras do comércio e do capital inaugurou o caminho para grandes investimentos nas regiões do globo onde as condições sociais prevalentes permitiam altas taxas de retorno, gerando fluxos de capital na direção das classes altas dos Estados Unidos (e de grupos maiores que, até certo ponto, conseguem se beneficiar das rendas de capital). (...) O neoliberalismo corrigiu o declínio anterior da liderança norte-americana durante a década de 1970, pelo menos em relação à Europa e ao Japão. (...) A ordem neoliberal internacional – conhecida como globalização neoliberal – foi imposta a todo o mundo, desde os principais países capitalistas do centro até os países menos desenvolvidos da periferia, geralmente ao custo de severas crises, como na Ásia e na América Latina durante as décadas de 1990 e 2000 (DUMÉNIL e LÉVY, 2014, p.18-19).

Em meio ao avanço das políticas neoliberais, ocorreram privatizações em massa, desregulamentação dos mercados, flexibilização das leis trabalhistas, políticas focalizadas no lugar de políticas universalistas, apenas para citar algumas das características marcantes do novo modelo. Entre 1994, com a crise em Chiapas no México e, 2001, com a crise Argentina, o neoliberalismo vivenciou enfrentamentos sociais e passou por questionamentos. O desgaste se concretizou com a ascensão de líderes políticos progressistas em vários países da região. A primeira experiência que decretaria o fechamento do ciclo foi marcada pela ascensão de Hugo Chávez Frías na Venezuela, em 1999. Algumas experiências de governos desta onda progressista ainda persistem em países da região, mas estes já cederam espaço para o que consideram ser uma avalanche conservadora, marcada pelas vitórias eleitorais de partidos de direita.

Ao longo da última década, proliferaram debates e análises sobre uma onda progressista, com a chegada de partidos de esquerda e líderes com discurso contra hegemônico e, na sequência, teve início um novo debate que considera o avanço da direita, do discurso conservador, como um novo ciclo. A reflexão que aqui ganha espaço tem o intuito de inserir esta discussão em um marco analítico mais amplo, considerando-se não apenas as guinadas e alternâncias entre os polos distintos do espectro político-ideológico, mas os giros referentes aos próprios processos inerentes ao regime democrático e republicano.

Para além das oscilações políticas que na América Latina em especial, nunca primaram por forte identificação ideológica, pretende-se realizar uma reflexão que considera a recessão, crise, limitação dos regimes democráticos e o esgotamento do modelo republicano em voga. Estas oscilações e mudanças de liderança, de partidos e orientação ideológica das forças que alçam o poder, podem ser mais bem compreendidas como uma expressão do fenômeno de esgotamento destas repúblicas, de crise de seus sistemas políticos e de falta de densidade de suas democracias.

### **Giros e densidade democrática na região**

A partir do antes aqui exposto, estas reflexões apresentadas a seguir têm por intuito contribuir para as indagações recentes sobre nossa conjuntura democrática atual e o futuro das democracias em nossa região. Primeiramente, é fundamental resgatar a ideia de que aqui não se procura tratar a democracia como um ponto de chegada cujo caminhar em linha reta levaria a um modelo ideal pautado nas características das democracias estadunidense e europeias, mas tampouco se pretende adotar uma perspectiva determinista de que a democracia seria impraticável e inalcançável em nosso continente pelos fatores históricos, culturais e sociais dados.

Obviamente, é necessário um exercício teórico que nos leva às origens da democracia. Para os modernos, esta conceptualização não pode fugir aos elementos trazidos pelas revoluções burguesas e pela tradição liberal, mas também não pode desconsiderar as revoluções proletárias e os elementos que se somaram até que a democracia atual primasse por abarcar mais classes sociais e mais direitos sócio-políticos.

Talvez entender o avançar democrático nos leve a visualizar o movimento de uma pedra atirada na água. A perturbação gera ondas que se propagam em circunferência. As agitações sociais, as demandas antes não atendidas, os direitos silenciados dos excluídos criam as condições para a perturbação e a democracia só avança à medida que propaga continuamente a inclusão de mais setores e mais direitos.

Aqui não caberia a ideia de transição de maneira linear, delineando um destino certo, um ponto de chegada determinado. Os momentos de inauguração de uma ordem democrática, de restauração da mesma ou liberalização de regimes oligárquicos, na maior parte das experiências, não designam a existência de um roteiro certo. Muitas vezes, a bandeira democrática é levantada como um ideal abstrato, carente de muitas de suas substâncias palpáveis, visando alcançar um ou outra de suas características. Assim, poderíamos nos perguntar que ordem pretendia-se alcançar com o fim das ditaduras na América Latina nos idos de 1980? O ruir da antiga ordem não representaria mais um desejo de uma ordem pós-autoritária do que necessariamente democrática?

Isto posto pelo grau de incertezas pelo fato de que os cidadãos não possuem um plano definido de voo. A falta de legitimidade agora conferida ao regime autoritário, pode se dar por insatisfações econômicas, pelo efeito da mídia e de outras experiências de governo na região ou pelo anseio do componente eleitoral da democracia. Isto quer dizer que não necessariamente exista um modelo de democracia a ser perseguido no momento da transição e o regime a ser erigido não encontra consenso entre cidadãos e setores da elite. Por isto, destacar o desencantamento ou o fracasso das democracias latino-americanas entre os anos 1980 e 1990 é algo extremamente delicado, pois parte do pressuposto de que existe um modelo a ser seguido, de que existia consenso sobre o tipo de democracia e de que tudo isto estava claro quando da queda do regime autoritário.

As democracias latino-americanas poderiam e podem ser satisfatórias em diversos aspectos, sem necessariamente, ser uma cópia fiel do modelo ocidental. Não

que qualquer regime possa se passar por democrático, em um relativismo extremado, sem critérios ou noções mínimas, não se trata disso. O fato é que gera considerável desconforto a posição de modelo ideal democrático recair justamente sobre a experiência estadunidense, um regime que durante a década de 1960 ainda não reconhecia os direitos civis da população negra e que a inícios do século XXI realiza eleições indiretas para presidente. O que também não falarmos da Índia, considerada a maior democracia do mundo, mas apresentando uma sociedade marcada por castas sociais e por um nível considerável de pobreza.

Não existe um modelo ideal de democracia e se é assim quando analisamos as tradicionais, por que seria distinto com as novas democracias na região? Sem modelos ideais e trajetórias definidas, como saber se temos democracias ou democracias de “boa” qualidade? Talvez o melhor caminho, e mais seguro, seja a busca de uma definição de democracia que considere seu elemento mínimo essencial e elementar. Não, não se tratam de eleições e das características de um regime representativo, a representação não nasceu com a democracia, mas com o liberalismo que em sua origem não tinha nada de democrático. Esta acepção mínima a qual se refere esta análise, em verdade, é extremamente abarcante, pois se refere à inclusão e à igualdade.

A definição fidedigna do governo do povo é a de um regime que prima pela busca da inclusão e igualdade. O que se amplia, desde a Grécia antiga, é a noção de povo. Retomando a visualização da pedra que perturba a água gerando ondas, estas últimas representam a cidadania se alargando, abrangendo setores, contemplando atores. A cada luta, a cada grito, a cada direito que busca ser atendido, seja por questões econômicas, políticas, civis, sociais ou identitárias, a democracia é o regime que tal como a água reage à perturbação da pedra se alargando e se propagando. Isto é incluir e igualar. O avançar da democracia é o avançar da cidadania. Democrático nunca será um regime no tempo e espaço definidos, estáticos e consolidados. Uma democracia não se consolida e não se limita a determinados padrões fixos e rígidos, pois se deve adaptar a seu tempo, aos seus anseios, às suas lutas. Uma democracia não segue um modelo estabelecido, pois precisa se adaptar e considerar sua própria cultura, sua diversidade de povos e nações. Entender sua história e a partir dela e não sobre ela erigir seu modelo de igualdade e liberdade.

As democracias latino-americanas sejam “velhas” ou “novas” jamais cumpririam com o requisito mínimo da inclusão e igualdade entre cidadãos se não reconhecer sua história colonial, seu passado escravocrata, o genocídio indígena, a diáspora africana, suas mazelas sociais, as desigualdades entre o campo e a cidade, o patriarcado, o patrimonialismo e o clientelismo. Por isto, aos elementos centrais deste verdadeiro

liberalismo democrático outros elementos podem e devem se somar para termos mais do que a uma desejável Democracia Liberal.

A democracia, frequentemente, foi sinônima de economia de mercado ou regime representativo com competição entre elites. As novas democracias latino-americanas cumpriram este papel e aceitaram estas vestes e o que mais se esperava delas é que fossem regimes estáveis. A estabilidade e governabilidade foram sinônimas de sucesso, enquanto a cidadania parecia banal componente alegórico. As democracias são vivas e inquietantes e estão em constante movimento. O seu fracasso não se deve apenas às instituições, pois a instabilidade decorre, em grande parte, da exclusão e da desigualdade. Um regime pode ser estável e não democrático, ao passo que uma verdadeira democracia se acostuma as convulsões e mudanças.

Em um continente com um histórico maior de regimes excludentes, oligárquicos, autoritários e com um nefasto passado colonial, tivemos mais experiências com regimes autoritários do que democráticos. Em nossos interregnos democráticos, muitas vezes, verificamos a inclusão de alguns novos setores, não necessariamente em uma ampliação de direitos, mas em um contexto de garantias de privilégios para novas classes a conferir legitimidade. É inegável que muitos destes avanços, ocorridos em meados do século XX, foram primordiais para a cidadania em nossos países, mas não suficientes, deixando às novas democracias a oportunidade de avanço.

É por isto que no bojo desta reflexão se prefere trabalhar com o termo densidade democrática, antes que consolidação democrática. O termo consolidada é empedrada e rígida, enquanto densidade nos traz uma ideia mais fluída, comparável, permeável e que considera o seu ambiente ou contexto. Mas também, mesmo aqui, a discussão não seria inédita tendo em vista que reflexões sobre a qualidade da democracia na região acabam primando por estes aspectos e características.

Talvez o ponto mais difícil para as democracias no continente seja o que se refere a sua tradição republicana. A grande dificuldade das democracias na região reside no fato de que a grande batalha está inserida na luta entre o componente democrático e oligárquico de nossas repúblicas. Por isto, mais do que nos atermos a giros que vão da direita à esquerda do espectro político ideológico, de tempos em tempos, de acordo com dissabores momentâneos, deveríamos nos ater ao ponto nevrálgico da discussão que são os giros democráticos no continente.

Claramente, vivemos, na atualidade, um período de inflexão em nossas democracias, mais isto não se deve ao simples movimento pendular entre partidos de

direita e esquerda. Até por que as agendas programáticas dos partidos não são mais muito bem definidas, existe uma descrença generalizada no sistema político e a identificação ideológica entre eleitores e partidos é muito débil na região. Em verdade, esta oscilação faz parte de um movimento, um giro maior. Por isto, a ideia central é trabalhar com a noção de que ao passo em que um regime democrático se torna menos denso, não se ampliando para acompanhar as perturbações que incitam a ampliação da cidadania em termos de igualdade e inclusão, movimentos internos e pequenas rupturas podem ocorrer gerando mudanças significativas.

Durante o avanço das reformas de ajuste neoliberal, entre as décadas de 1980 e 1990, a cidadania foi afetada fortemente pelos impactos da crise econômica e destas medidas. A resposta, ou perturbação, significou uma guinada política com a ascensão de novos líderes e partidos, gerando movimentos em busca de inclusão e igualdade. O fim deste ciclo de governos de esquerda significa as limitações daquele projeto, por um lado, pelos setores populares ávidos por maiores transformações e para que a dinâmica de ampliação da cidadania como inclusão e igualdade avançasse. Por outro lado, as classes médias e as elites, em um ambiente econômico não mais favorável, não encontravam motivos para a perpetuação de projetos políticos que já tinham, a seu ver, avançado suficientemente em termos de cidadania. Com o passar dos anos, estes governos perderam base de sustentação dos dois lados, dos setores populares e dos ainda excluídos e das elites não propensas ao avanço das conquistas democráticas dos setores populares, bem como as classes médias ressentidas com os efeitos da crise econômica.

Mais do que uma análise conjuntural, tem-se uma análise sobre os trinta anos das novas democracias latino-americanas. O retorno à ordem democrática no período conhecido como terceira onda de democratização significou a ruptura com um regime autoritário por parte das elites ávidas pela competição por uma classe média ansiosa pela modernização e crescimento da economia e de setores populares esperançosos pela expansão da cidadania em suas diversas acepções. Contudo, o que se presenciou foi o retorno da dinâmica eleitoral e a liberalização que se deu foi a do mercado. O avançar democrático não se completou se estagnou ou as condições para a democracia se degradaram consideravelmente. A solução não completa, não estrutural, foi a guinada para a esquerda. Atingido o ápice destes projetos progressistas, que tiveram inegável êxito em muitos aspectos, seu esgotamento se evidenciou. Interpretar este momento como mero movimento pendular que se redireciona para o lado oposto implica em uma análise precipitada cujo foco é apenas a alternância esquerda x direita. Aqui se tem o movimento maior e mais complexo,

um giro democrático e não um giro à direita. O que significaria isto e por que teríamos um giro democrático e não um giro compreendido e inserido neste regime?

Um giro democrático representa uma profunda oscilação ocorrida no próprio regime democrático, em seu direcionamento e existência. Em nossa região, em diferentes momentos, este movimento foi percebido como reação conservadora ou onda contrária ao avanço da democracia. Este giro ocorre quando surgem à tona elementos historicamente enraizados no tradicionalismo, elitismo, moralismo, que compõem uma tradição republicana conservadora e oligárquica. A problemática central da política latino-americana desde as independências é justamente o enfrentamento entre o conservadorismo e o liberalismo, entre a tradição oligárquica e o ímpeto democrático. O pacto se deu entre as elites e com apoio de classes médias, mas o teor deste pacto garante privilégios. Nunca se teve um pacto com a democracia.

Mas longe de chegar a uma visão determinista, fatalista de que nunca poderíamos avançar rumo a regimes democráticos mais densos, procura-se chamar a atenção apenas para a peculiaridade dos nossos giros democráticos dos nossos enfrentamentos. Enquanto os países ocidentais apresentam determinadas lutas, nós temos as nossas. A democracia estadunidense enfrenta os obstáculos interpostos pelo grande capital, pelo *lobby* da indústria bélica, pela centralidade da questão energética e por sua presença imperial global. Enquanto isto, países como o Brasil, por exemplo, encontram barreiras para atingir um grau mais elevado de densidade democrática na perpetuação e manutenção de padrões de poder advindos do período colonial, imperial e republicano oligárquico.

De uma maneira geral, é visível que as democracias latino-americanas encontrem dificuldades para se tornarem mais densas pelo fato de persistirem questões, conflitos, desigualdades e exclusões referentes aos seguintes temas: concentração de terras, a questão indígena e africana, o direito as cidades etc. Questões estas que remetem a uma história de exclusão, luta de classes e falta de acesso à cidadania. Particularmente, a uma herança advinda não apenas de nosso processo colonizador e pretensamente civilizatório, mas, sobretudo, do caminho seguido no processo de formação destas nações independentes.

O que se presencia no cenário político de vários países da região atualmente não é uma guinada para a direita, simplesmente, mas uma crise republicana na qual o giro democrático representa justamente os desacertos de engrenagem entre uma república democrática em construção e uma tradição republicana oligárquica por que excludente e desigual. Durante anos, a grande preocupação da Transitologia e da

Consolidologia foi com os elementos de continuidade com o autoritarismo burocrático militar. Hoje é justamente a forte tradição oligárquica, o elitismo, a meritocracia, o patrimonialismo e o patriarcalismo que comprometem não apenas o elemento democrático de nossos regimes, mas, sobretudo, a própria tradição liberal solapada pela evidencia de uma única liberdade desejável, a econômica.

## **Conclusões**

Para realizar esta discussão foi necessário resgatar o debate realizado no âmbito dos estudos sobre transição e consolidação democrática das novas democracias, além da reflexão sobre os períodos recentes que representaram ora a emergência e hegemonia das forças progressistas ora das forças conservadoras. Passadas três décadas do colapso dos regimes militares na América Latina, nossas democracias passam por um período de inflexão. Este momento está sendo interpretado como um giro à direita do espectro político ideológico, talvez uma guinada mais conservadora em termos morais e de costume do que o vivenciado e propagado pelo liberalismo nos idos de 1990.

Neste trabalho buscou-se evidenciar que o giro que presenciamos é maior, um giro democrático como bem se referiu Cavarozzi (2016). Aqui a ideia de giro democrático foi desenvolvida visando destacar que nos países desta região isto representa um contra fluxo, uma reação ou emergência de elementos e fatores muito peculiares de nossa tradição republicana. Tem-se com este giro o grande enfretoamento entre uma tradição republicana que visa avançar em termos de densidade de nossos regimes e valores democráticos e uma tradição republicana reacionária, conservadora, elitista e oligárquica. Mais do que um momento particular em que nossas democracias presenciam um giro entre posições situadas no espectro político ideológico de nossos sistemas, teríamos um giro mais abrangente que configuraria um momento ímpar, um giro democrático, em movimento inverso que sinaliza uma trajetória rumo a um regime democrático menos denso ou uma república não tão democrática.

Neste momento, no qual estas novas democracias se esgotaram finalizando um período e sinalizando um momento de profunda mudança, preparamo-nos para a próxima onda, ainda cheios de incertezas e com poucas convicções. Não sabemos muito sobre onde este giro democrático vai nos levar, tampouco podemos assegurar a densidade de nossos regimes democráticos. A sensação é de que nos escorrem pelos dedos. A intuição, pelo menos, diz-nos que tudo isto vai muito mais além do que direitas e esquerdas.

---

■ Renata Peixoto de Oliveira é Doutora em Ciência Política, pela Universidade Federal de Minas Gerais. É Professora do curso de Relações Internacionais e Integração e dos Programas de Pós-Graduação PPG-ICAL e PPG-PPD da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Coordenadora do Grupo DALC-ALACIP e CESPI-América do Sul (UNILA). E-mail: renata.oliveira@unila.edu.br.

---

## Referências

- CABRERA, Ulises Carrillo; GÓMEZ, Gabriela López. ¿Democracia por método o democracia por principio? Latinoamérica y su condicionado compromiso con la Pluralidad. *Confines de Relaciones Internacionales y Ciencia Política*, Monterrey, v. 3, n. 6, agosto-diciembre, p. 27-35, 2007.
- CAVAROZZI, Marcelo. Después de las transiciones: actualidad y desafíos de las nuevas democracias. *Painel. XII Congreso Nacional Sobre Democracia*, Rosário. UNR, Setembro, 2016.
- DUMENIL, Gérard; LÉVY, Dominique. *A crise do neoliberalismo*. São Paulo: Editorial Boitempo, 2014.
- LINZ, Juan. Transitions to Democracy. *The Washington Quarterly*, Washington, v. 13, n. 3, Summer, p. 143-164, 1990.
- MAINWARING, Scott; BRINKS, Daniel; PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Clasificando Regimes Políticos na América Latina, 1945-1999. *Dados – Revista De Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 4, p. 645-687, 2001.
- MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo. 2014.
- MONCLAIRE, Stéphane. Democracia, transição e consolidação: precisões sobre conceitos bestializados. *Revista de sociologia e política*, Curitiba, n. 17, p. 61-74, 2001.
- ODONNELL, Guillermo. Uma outra institucionalização: América Latina e alhures. *Revista Lua Nova*, Rio de Janeiro, n. 37, 1996.
- OLIVEIRA, Renata Peixoto de. Densidade democrática na região andina: os processos de redemocratização e liberalização política nos países andinos da Aliança do Pacífico. In: LUCCA, Juan; OLIVEIRA, Renata; GAITÁN, Alfredo (orgs). *Desafíos democráticos latinoamericanos en perspectiva comparada*. Rosário: Editorial de la Universidad Nacional de Rosário, p. 116-135, 2017.
- OROÑO, Jairo García. Latinoamérica: entre la democracia y el autoritarismo. *Estudios Políticos*, Medellín, n. 41, julio-diciembre, p. 15-35, 2012.
- ORTIZ, Luis Sandoval. Democracia sin ciudadanos: crítica de la teoría de la transición. *Perfiles Latinoamericanos*, México D.F., n. 28, julio-diciembre, p. 263-277, 2006.

SMITH, Peter H., ZIEGLER, Melissa R. Democracias liberal e iliberal na América Latina. *Opinião Pública*, Campinas, v. 15, n. 2, p. 356-385, 2009.

SUNKEL, Osvaldo. La precaria sostenibilidad de la democracia en Latinoamérica *Cuadernos del CENDES*, Caracas, v. 25, n. 68, p. 1-27, 2008.

WEFFORT, Francisco. Novas Democracias, que democracias? *Revista Lua Nova*, Rio de Janeiro, n. 27, 1992.

*Texto recebido em 04 de julho de 2017.  
Aprovado em 21 de julho de 2017.*